

## RESÍDUOS TRÁGICOS DA GRÉCIA CLÁSSICA NA PERSONAGEM HELENA, DE MACHADO DE ASSIS

Adalucami Menezes Pereira<sup>1</sup>

Sendo o Brasil uma nação que recebeu, desde a sua colonização, influências ideológicas e culturais de várias civilizações, podemos dizer que as *mentalidades* dos povos de diversas épocas ajudaram a formar os conceitos sociais, históricos e filosóficos inerentes ao povo brasileiro, possibilitando, desta forma, uma série de interpretações.

Diante de tal afirmação, e através da *Teoria da Residualidade*, o presente trabalho objetiva demonstrar como determinadas *mentalidades* podem ser verificadas na cultura do nosso povo; principalmente no que diz respeito à literatura, abordando alguns aspectos específicos e ressaltando semelhanças. Porém, antes de tecer tais comentários, precisamos falar um pouco sobre a *Teoria da Residualidade*, para que haja um melhor entendimento do assunto.

A *residualidade* caracteriza-se por aquilo que resta, que remanesce de um tempo em outro, podendo significar a presença de *atitudes mentais* arraigadas no passado próximo ou distante. Segundo Roberto Pontes, sistematizador da teoria, “a gente apanha aquele remanescente dotado de força viva e constrói uma nova obra com mais força ainda, na temática e na forma” (PONTES, 2006, p. 05). O autor também ressalta podermos usar a expressão “substratos mentais” caso haja a necessidade de um maior esclarecimento, pois tais *substratos* são igualmente restos, remanescentes. Além disso, a teoria aborda ainda outros conceitos, como os de *crystalização*, *mentalidade* e *hibridação cultural*, empregados no decorrer deste trabalho conforme haja a necessidade.

---

<sup>1</sup> Mestra em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará. Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA e das Faculdades Cearenses. Pesquisadora do GERLIC.

Sobre o *resíduo*, Raymond Williams diz-nos que “o residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente” (WILLIAMS, 1979, p. 125). Portanto, podemos pensar que determinadas experiências, conceitos, valores e significados foram originados no passado, mas ainda são vividos e praticados à base do *resíduo*, sofrendo transformações e se *cristalizando* de diferentes maneiras.

Partindo dessas afirmativas, tentamos mostrar quais *resíduos* poderíamos encontrar em *Helena*, de Machado de Assis, o tipo de *mentalidade* incorporada ao texto e de que forma acontece a *hibridação cultural*. Diante das muitas probabilidades, tivemos a oportunidade de constatar alguns aspectos que podem ser remanescentes da cultura clássica, em especial da grega, em *Helena*; mais especificamente na personagem homônima à obra, enfatizando de forma mais particular o sentido do trágico.

Abordando tais perspectivas, faz-se necessário ressaltar terem sido esses aspectos *residuais* observados principalmente no plano das *mentalidades*. Roberto Pontes ressalta:

A mentalidade tem a ver não só com aquilo que a pessoa de um determinado momento pensa, mas um indivíduo e mais outro indivíduo e mais outro indivíduo, a soma de várias individualidades redonda numa mentalidade coletiva. E essa mentalidade coletiva se transmite através da História. Por meio da mentalidade dos indivíduos a mentalidade coletiva se constrói. Esta última, desde épocas remotíssimas, é transmitida a épocas recentes. (PONTES, 2006, p. 08)

Diante desse contexto e analisando *Helena*, podemos identificar algumas *mentalidades* de épocas anteriores presentes na obra,

responsáveis pela maioria dos acontecimentos, influenciando as ideias e as atitudes das personagens.

O livro narra as desventuras de Helena, moça pobre, que o destino coloca como falsa herdeira de uma família rica, mediante testamento deixado pelo Conselheiro Vale, que declarava reconhecer a moça como sua filha natural, pois tinha um relacionamento amoroso com a mãe dela, Dona Ângela de Soledade, e, por amar a moça como a uma filha, gostaria de assegurar o futuro da menina. Helena deveria ir viver com a família do Conselheiro, à qual ele pedia que a tratasse com desvelo e com carinho. A moça sustenta o equívoco, porém acaba por apaixonar-se por Estácio, filho do Conselheiro e, portanto, seu “irmão”, que também se apaixona por ela. No entanto, o Dr. Camargo, pai de Eugênia, tendo o desejo de casar a filha com Estácio, descobre a verdadeira identidade do pai de Helena. A partir de então, uma série de fatores converge para a descoberta de toda a farsa. Mas Helena, sempre a opor-se a tal situação, mesmo sendo perdoada por toda a família, não suporta ver sua dignidade maculada e acaba falecendo.

A trama que envolve a obra em apreço traz como principal tema a questão do suposto incesto. Helena e Estácio não podiam ter uma relação amorosa carnal porque eram irmãos. A Bíblia diz-nos:

Ninguém de vocês se aproximará de uma parenta próxima, para ter relações sexuais com ela. Eu sou Javé. Não tenha relações sexuais com sua mãe. Ela é de seu pai, e é sua mãe; não tenha relações sexuais com ela. Não tenha relações sexuais com a sua irmã, seja por parte de pai, seja de mãe, nascida em casa ou fora dela (LEVÍTICO, 18, 6-9).

Essa *mentalidade* demonstra *imaginário* formado por um conjunto de conceitos morais e religiosos surgidos com o Cristianismo, que influenciou profundamente as ideologias desde a Idade Média até os

dias atuais. E sendo *Helena* uma obra contextualizada no final do século XIX, num Brasil permeado pelos dogmas da Igreja Católica, tal *mentalidade* torna-se inevitável.

Porém, precisamos ressaltar que, na Antiguidade clássica, essa *mentalidade* também estava presente. Claude Lévi-Strauss afirma que a proibição do incesto na Grécia “constitui o passo fundamental graças ao qual, pelo qual, mas, sobretudo, no qual se realiza a passagem da natureza à cultura” (STRAUSS, 1996, p. 62). Desta forma, podemos sugerir que não há civilização, como afirma Peter Burke, que “consiga livrar-se da tendência global para a mistura e a hibridização” (BURKE, 2006, p. 14). Referido conceito acompanha o de *residualidade*, pois “as culturas não andam cada qual por um caminho, sem contato com as outras. Ou seja, não percorrem veredas que vão numa única direção. São rumos convergentes. São caminhos que se encontram, se fecundam, se multiplicam, proliferam” (PONTES, 2006, p. 02).

Diante dessa afirmação, podemos pensar, por mais diferentes que sejam as civilizações, que determinadas *mentalidades* não se perdem e passam de uma época para a outra, sofrendo mutações, adicionando ou abstraindo conceitos, modificando o cotidiano social, porém sem permitir que determinada *mentalidade* dissolva-se por completo. Nesse momento surge o *resíduo* a remanescer cheio de vigor.

A partir dessa perspectiva e analisando *Helena*, remetemos a outro ponto relevante da obra que se encontra em meio à atmosfera dos *sedimentos mentais*: o sentido do trágico.

Entende-se por *trágico* algo que tem caráter *funesto*, *sinistro*, *desventuroso* (FERREIRA, 1989, p. 1697). Na *Poética*, Aristóteles nos diz que a tragédia (gênero literário que aborda o sentido do trágico) é “a imitação de uma ação importante e completa [...] e que suscitando a compaixão e o terror tem por efeito obter a purgação dessas emoções” (ARISTÓTELES, 1997, p. 49). Logo, podemos entender que se dado enredo suscita terror e compaixão é porque trata de um acontecimento ruim, funesto, desventuroso.

Dessa forma, talvez possamos pensar que o sentido do trágico cabe no conceito que faz parte do *imaginário* humano, sendo a tragédia o gênero literário que conforma este conceito. Podemos compreender o sentido do trágico, proveniente da Grécia, que evolui no decorrer dos séculos, como uma *forma residual*, pois com a evolução de seu sentido podemos identificar as *remanescências* dele decorrentes. O incesto, por exemplo, pode ser analisado como um acontecimento propenso a gerar o trágico, devido à fatalidade do fato interdito.

Em *Interpretação da Poética de Aristóteles*, Alfredo Leme Coelho de Carvalho tece comentário a respeito do caráter da personagem de uma tragédia. Segundo a percepção do autor, uma das principais qualidades de uma personagem trágica é a *bondade*: uma personagem boa deve ser entendida como naturalmente bondosa e generosa (CARVALHO, 1998, p. 149). Adaptando tal afirmativa à forma como Helena age, podemos encaixá-la perfeitamente em tal conceito. Quando Dona Úrsula, irmã do Conselheiro Vale, diz não poder acompanhar Helena a um passeio porque naquele momento preferia descansar e ler, a jovem mostrou-se prestativa: “Pois eu lerei para a senhora ouvir, replicou a moça com graça; não é bom cansar os seus olhos; e, além disso, é justo que me acostume a servi-la. Não acha? Continuou ela voltando-se para Estácio” (ASSIS, 1999, p. 22). E quando Dona Úrsula encontrou-se gravemente doente,

Helena era naquela ocasião a natural enfermeira. Pela primeira vez patenteou-se em todo o esplendor a dedicação filial da moça. Horas do dia, e não poucas noites inteiras, passava-as na alcova de Dona Úrsula, atenta a todos os cuidados que a gravidade da enferma exigia. Os remédios e o pouco alimento que esta podia receber, não lhe eram dados por outras mãos. Helena velava à cabeceira, durante o sono leve e interrompido da doente, achando em suas próprias forças a resistência que a

natureza confiou especialmente às mães. Quando dava algum repouso ao corpo, não era ele ininterrupto nem longo; e mais de uma vez, alta noite, erguia-se do leito, colocado provisoriamente no quarto contíguo, para ir espreitar a mucama que, em seu lugar, acompanhava a enferma (ASSIS, 1999, p. 50).

Essas passagens sugerem a nobreza de caráter de Helena, característica proveniente do herói trágico, pois segundo Aristóteles a personagem trágica deveria apresentar qualidades de homens superiores, tais como a coragem, a bondade e a sabedoria (CARVALHO, 1998, p. 150). Tal contexto pode remeter à Grécia clássica, porém faz-se necessário ressaltar ser nosso objetivo demonstrar que, na origem, toda essa *mentalidade* nos faz lembrar a Grécia, mas há um processo *residual* mesclando tais fatores a épocas que sucederam a Antiguidade clássica, através de *hibridação cultural*. Esses fatores seriam *remanescentes* na Idade Média e na Idade Moderna, sendo observados também no Brasil do século XIX, período recortado em *Helena*, pois todo esse sentido trágico chega até nós a partir de uma longa tradição europeia, sendo fácil considerar este desdobramento ficcional como uma importante continuidade.

Em *Tragédia moderna* Raymond Williams nos diz:

Examinar a tradição trágica não significa necessariamente interpretar um único corpo de obras e pensamentos ou perseguir variações em uma suposta totalidade. Significa olhar crítica e historicamente para obras e idéias que têm algumas ligações evidentes entre si e que se deixam associar em nossas mentes por meio de uma única e poderosa palavra (WILLIAMS, 2002, p. 34).

A afirmação de Williams discorre exatamente sobre matéria sugerida pela *Teoria da Residualidade*, pois “as ligações evidentes entre si”,

mencionadas pelo autor, que se associam em nossas mentes por meio de uma só palavra, dizem respeito ao processo *residual* que aciona os *sedimentos mentais* do indivíduo e, no caso do trágico, tem, em cada época, conotação particular. Williams afirma ainda:

A cultura grega é marcada por uma extraordinária rede de crenças – que se liga a instituições, práticas e sentimentos – e não por princípios sistemáticos e abstratos que hoje chamaríamos de uma filosofia trágica ou uma teologia. Os mais profundos questionamentos e modos de entendimento remontam, continuamente, a mitos específicos, e essa característica é de suma importância para o entendimento da natureza dessa arte, porque é da natureza do mito resistir a uma elucidação precedente; os seus desenvolvimentos partem sempre de suas particularidades em direção àquelas que mais recentemente fazem parte da experiência (essa é a dimensão da diversidade de interpretação e de ênfase nos trágicos) (WILLIAMS, 2002, p. 35-36).

Tendo como base a afirmação de Williams sobre as diversas interpretações para o conceito de trágico, podemos ressaltar ter sido na Idade Média o sentido de trágico associado “a uma lei geral, e a palavra-chave era Fortuna” (WILLIAMS, 2002, p. 39). A *mentalidade* existente em tal período ressaltava que o trágico consistia no declínio de um ser humano; ou seja, na condição de o homem passar da prosperidade para a adversidade. O pensamento medieval não considerava trágico o homem possuir bens e sucesso, mas sofrer a perda destes. Quer dizer, o trágico estava ligado à decadência mundana, enquanto na Grécia de Aristóteles o mesmo conceito fazia referência ao homem que passava da “felicidade para a infelicidade” (WILLIAMS, 2002, p. 42). Tal conceito tinha abrangência maior por abalar outras estruturas recônditas do homem

como suas crenças, valores éticos e sua paz de espírito. Porém, em ambas as *mentalidades*, vemos ser o trágico ligado à *desventura*, não importando qual a sua natureza.

Além disso, é importante ressaltar que, em sendo a bondade e a nobreza características típicas do herói trágico, a desventura vivida pelo herói é justamente o fator a proporcionar terror e compaixão nos homens, pois ver um homem virtuoso e cheio de nobreza cair no infortúnio é algo, de fato, doloroso.

Tal sentimento de piedade torna-se maior, principalmente, quando o infortúnio parece, muitas vezes, ser originado por força superior pois, segundo Williams, “o que então emerge como a essência da tragédia é um sentido de ordem pelo qual se entende uma organização da vida que não apenas é mais poderosa que o homem, mas que também, específica e conscientemente, age sobre ela” (WILLIAMS, 2002, p. 51). Poderíamos chamar essa organização superior de *destino*?

De fato, percebemos que o “destino” está inquestionavelmente ligado ao sentido do trágico. Na Grécia de *Édipo Rei*, o oráculo decretou que o monarca de Tebas mataria o pai e se casaria com a mãe, sendo vãos todos os esforços de Édipo para não consumir o incesto e o parricídio. Já em *Helena* podemos verificar o mesmo domínio do destino sobre a vida da personagem, pois a jovem, quando criança, é tirada do convívio do pai pela mãe, induzida, quando adolescente, a tornar-se falsa herdeira de uma grande fortuna e, ao esclarecer a verdade dos fatos, vê-se obrigada a permanecer usurpando um lugar que não é seu. Sobre tais fatos, Schwarz escreve: “Para o que nos interessa aqui, os detalhes do enredo são dispensáveis. Basta saber que Helena não tinha culpa do quiprocó, e que foi tudo uma *fatalidade do destino*” (SCHWARZ, 1981, p. 92).

Jean-Pierre Vernant, em *Mito e pensamento entre os gregos*, tece alguns comentários sobre a questão do destino de forma muito peculiar:

De fato, quando a tragédia nasce na Grécia e durante o curto período em que floresce antes de desaparecer, ela



utiliza as lendas de heróis para apresentar certos aspectos do homem em situação de agir, na encruzilhada da decisão, às voltas com as consequências dos seus atos. Porém, no mesmo momento em que se alimenta da tradição heróica, a tragédia se situa em um outro plano que o do culto e mitos de heróis; ela os transforma em função da sua própria indagação desse exame com que o homem grego, em um certo momento da sua história, põe em questão o próprio homem: a sua posição diante do destino, a sua responsabilidade com relação a atos cuja origem e fim o ultrapassam, a ambiguidade de todos os valores propostos à sua escolha, a necessidade, entretanto, de uma decisão (VERNANT, 1990, p. 432).

A partir dessa afirmação de Vernant, podemos pensar que na Grécia clássica a presença do destino funcionava como elemento condutor do trágico. Porém, Vernant parece acreditar que o homem daquele período havia já questionando se, de fato, o destino era mesmo fatídico ou funcionava como elemento de reflexão, como se alguns acontecimentos pudessem estar realmente decretados por antecipação. Mas o desfecho destes dependeria muito mais de uma decisão do homem do que da vontade dos deuses. O caminho trágico percorrido pela personagem Helena parece ter sido realmente obra do destino; mas sua morte teria sido, de fato, uma predeterminação?

Por todos os comentários aqui alinhados, é importante enfatizar não se restringir o sentido do trágico à tragédia, que é um gênero literário, podendo ser ele encontrável nos mais diversos tipos de obras. Assim ocorre a *hibridação* e, dessa maneira, identificamos os *resíduos* de uma época em outra.

Se analisarmos *A demanda do Santo Graal*, relativa a fatos que abordam temas referentes às aventuras do Rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda, e se nela observarmos o episódio “A Fonte da Virgem”,

veremos que este não consiste numa tragédia, no sentido estético, porém, o acontecimento a envolver dois dos principais personagens tem a sua essência trágica. Nabor, belo donzel que se havia perdido de seus companheiros durante um passeio, decidiu descansar próximo a uma fonte. Um demônio se lhe apresenta, com aparência de homem sisudo e, após muita conversa, contou ao jovem que Aglinda, bela donzela, irmã de Nabor, na verdade não tinha nenhum parentesco com ele. A história do demônio era mentirosa: na verdade, ele só tinha mesmo o intuito de provocar o Mal. Porém, Nabor acreditou no fato e, ao reencontrar a irmã, sentiu um enorme desejo por ela. Por acreditar não ser a jovem sua irmã, o rapaz tentou possuí-la. Aglinda sentiu-se tão desesperada que pediu a Nosso Senhor livrá-la de tal infortúnio e, *deus ex machina*, terminada a oração, Nabor caiu morto. Quando o rei, pai dos dois jovens, apareceu, toda a situação foi esclarecida e Aglinda decretou, a partir daquele dia, que deveriam chamar aquela nascente de “A Fonte da Virgem”.

A história descrita leva-nos a compreender a *mentalidade* existente na Idade Média, enaltecedora do poder de Deus e da fidelidade que a Ele deveria ser dedicada. Da mesma forma também agiam os gregos, os quais, mesmo cultuando os chamados deuses pagãos, acreditavam que toda adoração deveria ser dedicada às entidades de seu panteão mítico. A passagem da Idade Antiga para a Idade Média não abstraiu essa fé no divino, tão inerente à *mentalidade* humana. Foi ela associada a um novo pensamento, pois se antes, na Grécia clássica, se o homem se antepunha ao que os deuses diziam, provocando uma *hybris* (desmedida) e dando causa ao trágico, na Idade Média, se o homem contrariasse a palavra de Deus proporcionaria uma grave infração, também uma desmedida afrontosa ao Ser Supremo, cuja consequência era o sofrimento de consciência neste mundo e, no outro, a agonia padecida no Inferno, de resultado tão trágico quanto o da *hybris* grega. Podemos legitimamente supor que *resíduos* do pensamento helênico, associados a um *imaginário* cristão pautado na Bíblia, através de uma *hibridação religiosa de culturas*, formou uma nova *mentalidade*.

E ressaltando ainda o episódio relatado d' *A demanda do Santo Graal*, percebemos que, se esta obra não é uma tragédia, o sentido do trágico nela se faz presente, pois assim como na história de Helena e Édipo, há, no fio diegético do trecho da novela narrado um contexto incestuoso, que naturalmente nos remete ao sentido trágico sofocliano.

Ao conceituar o trágico na modernidade, Schopenhauer ressalta que este sentimento manifesta “uma dor inexprimível, o lamento da humanidade, o triunfo do Mal, o desdenhoso domínio do acaso, a irrecuperável degradação do justo e do inocente” (SCHOPENHAUER *apud* WILLIAMS, 2002, p. 60).

Ao enfatizar como consequência do trágico essa “irrecuperável degradação”, Schopenhauer parece demonstrar que, dentro de um contexto assim, a situação torna-se irreversível. E o final infeliz e fatídico é então consumado, não havendo possibilidade de uma reviravolta.

Verificamos isto em *Os Maias*, de Eça de Queirós. Os irmãos Maria Eduarda e Carlos Eduardo são separados ainda na infância. Porém, ao se reencontrarem na vida adulta, apaixonam-se e consumam o incesto. Quando suas verdadeiras identidades são reveladas, Maria Eduarda se muda para Paris e lá, casa, mas o “trágico pecado” já havia se concretizado.

Desta forma, podemos observar, em todas as histórias das personagens mencionadas, a presença do trágico na vida de uma pessoa a acarretar fatalidades irreversíveis para esta, podendo ocorrer, inclusive, a morte, seja ela física, espiritual ou moral, pois mesmo quem não morre fisicamente parece estar fadado a uma infelicidade eterna, consequência do ato desmedido cometido.

Podemos observar atitude assim tanto nas obras já mencionadas quanto em *Helena*, pois a protagonista desta, mesmo sendo perdoada por toda a família do Conselheiro Vale, após a revelação de sua verdadeira identidade “é tomada por uma espécie de delírio purista, ou de aversão a tudo em que possa haver uma dívida ou a sombra de uma segunda intenção, o que a leva a afastar de si família, herança, noivo,

generosidade ou complacência de corações amigos” (SCHWARZ, *op. cit.*, p. 95). Apesar de tudo colaborar para um final feliz, Helena parece não conseguir ver sua dignidade maculada e perde o gosto pela vida, atitude inerente ao herói trágico, segundo Williams:

Assim, o sentido da tragédia é esse reconhecimento da natureza da vida, e a significação do herói e a sua resignação – renúncia não apenas à vida, mas ao desejo de viver. Os heróis da tragédia são purificados pelo sofrimento, no sentido de que a vontade de viver, que anteriormente era inerente a eles, vem a morrer (WILLIAMS, 2002, p. 61).

A situação formada por um contexto trágico torna-se tão complicada, que o herói parece, de fato, não encontrar muitas alternativas. Isso podemos observar nesta passagem de Helena:

Durante sete dias o estado de Helena apresentou alternativas que lançavam na alma dos seus a confiança e a desesperação. Algumas horas houve de delírio, durante o qual dois nomes volviam frequentemente aos lábios da enferma, – o de Estácio e o do pai. Nas horas da razão, falava pouco, não proferia nenhum nome, salvo o de Melchior que ela queria ver junto de si. O capelão obedecia docilmente. Ao pé dela, via-a com pena, mas sem desesperação; primeiramente, porque ele aceitava sem murmúrio os decretos da vontade divina; depois, porque não sabia ao certo se, em tal situação, era a vida melhor do que a morte. Em todo o caso, consolava-a (ASSIS, 1999, p. 142).

Podemos observar o mesmo clima quando a morte da personagem ocorre de fato:

A mão pálida e transparente da moribunda procurou a cabeça do mancebo; ele inclinou-a sobre a beira do leito, escondendo as lágrimas e não se atrevendo a encarar o final instante. Adeus! – suspirou a alma de Helena, rompendo o invólucro gentil. Era defunta (ASSIS, 1999, p. 142).

Os questionamentos feitos pelo capelão Melchior sobre qual seria a melhor alternativa para o ocorrido parecem demonstrar que diante de algumas fatalidades, não sabemos ao certo quais teriam sido as melhores soluções. Mas independente de quais sejam as respostas, o mais importante é perceber os efeitos provocados pelo sentido do trágico e de como estes fazem parte do *imaginário* dos povos, desde tempos muito distantes. Como nos diz Glenn Most, o trágico “não define um gênero literário, mas a essência da condição humana, em sua estrutura imutável ou como se manifesta em circunstâncias excepcionais, catastróficas” (MOST, 2001, p. 54).

Sendo assim, concluímos que, na personagem Helena, de Machado de Assis, bem como no contexto da obra homônima, estamos lidando com *resíduos* trágicos da Grécia clássica inseridos na formação estrutural do texto. Mesmo que a obra aborde uma *mentalidade* típica do pensamento cristão, não podemos esquecer que, através da *hibridação cultural*, os *imaginários* de vários povos ligam-se entre si e promovem o surgimento de novas *mentalidades*, formadas por *resíduos* ou, se preferirem, por *substratos mentais*. Tal “mistura” sofre um processo de *cristalização* e *remanesce* com mais vigor.

O sentido do trágico pode ter sofrido imensas mutações, no decorrer dos tempos, porém os seus *resíduos* gregos são facilmente identificáveis. Podemos assim afirmar que em *Helena* tais *resíduos* não apenas estão presentes na construção da personagem principal, mas também são responsáveis por toda a tensão por que passa a heroína.

## Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Souza. Porto Alegre: Ed. Globo, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARISTÓTELES, LONGINO E HORÁCIO. *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- ASSIS, Machado de. *Helena*. São Paulo: Ática, 1999.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Trad. Leila Souza Mendes. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2006.
- CARVALHO, Alfredo Leme Coelho de. *Interpretação da Poética de Aristóteles*. São Paulo: Editora Rio-Pretense, 1998.
- DUBY, Georges. “Reflexões sobre a história das mentalidades e a arte”. In *Novos Estudos* N° 33, julho, 1992. CEBRAP.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1989.
- HARVEY, Sir. Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- HERÓDOTOS. *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. Jabouille. 2ª edição. Ed. Bertrand Brasil, 1993.
- JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. Tradução por Artur M. Parreira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MEGALE, Heitor. *A demanda do Santo Graal*. Trad. e apresentação de Heitor Megale. São Paulo: Editora Imaginário, 1996.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 30ª ed. São Paulo: Cultrix.
- PONTES, Roberto. “Três modos de tratar a memória coletiva nacional”. In *ANAIS – 2º Congresso ABRALIC*. Belo Horizonte, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Poesia insubmissa afrobrasílusa*. Rio de Janeiro/Fortaleza: Oficina do Autor/EUFC, 1999.
- QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- SCHWAB, Gustavo. *As mais belas histórias da Antiguidade Clássica*. Ed. Paz e Terra. 1974. (Vol. I).

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SÓFOCLES. *A Trilogia Tebana*. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

VAZ, Pe. Henrique C. de Lima. *Experiência mística e filosofia na tradição ocidental*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad. de Ísis Borges B. da Fonseca. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. *Mito e pensamento entre os gregos*. Trad. por Haiganuch Sarian. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Trad. Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. *Tragédia moderna*. Trad. Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

... a não crer nos prazeres, mas como meio de sobrevivência, ou seja, é carnalíssima, realmente ligada aos desejos do corpo (VISALLI, 2003). Sendo o corpo templo do Espírito Santo (1Co. 6-8), dever-se-ia ter cuidado ao se fazer uso dele, mas não se significaria manchar o próprio Deus. "A carnalidade acabou sendo a construção de inanição de respeito ao território de Deus. A satisfação física, individual, indicaria uma apropriação indevida." (VISALLI, 2003, p.71)

... Os prazeres do mundo eram sentidos na carne (VISALLI, 2003), que por isso deveria estar submetida à vigilância constante. Esses prazeres se referiam à alimentação e ao sexo, que deviam ser combatidos com jejum e abstinência sexual.

... Chave é geralmente assunto previsto quando o tema do respeito ao pecado da carne dentro do cristianismo. Porém, a gula deve ser dada a mesma importância como pecado carnal, como o fez Calábano, nas palavras de Visalli:

... Maria em Leningrado, Universidade Federal do Ceará, Pesquisadora do GREF/IC, e, por fim, Denise, também representante na tradição do dogma. Cristo crucificado de São Paulo (VISALLI, 2003, p. 74)